

Entrevista:

Celia Ribeiro Zaher

Entrevistadora: Rosali Fernandez de Souza

Bacharel em ciências jurídicas e doutora em direito do trabalho pela Fundação Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bacharel em biblioteconomia pela Unirio e mestre em documentação pela Columbia University, N.Y., U.S.A. professora titular de documentação da Universidade Federal Fluminense, de 1964 a 1991.

Em 1960, ocupou o cargo de docente em documentação no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e, de 1968 a 1972, desempenhou as funções de diretora de pesquisa no Conselho Nacional de Pesquisas, presidente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e presidente da Comissão Latino-Americana da Federação Internacional de Documentação.

Em 1972, a doutora Zaher vinculou-se à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Paris, como diretora da Divisão para o Desenvolvimento da Documentação de Bibliotecas e Arquivos. De 1976 a 1982, desempenhou o cargo de diretora da Divisão de Promoção de Livros, Arquivos, Audio-Visuais e Intercâmbio Internacional no Setor de Cultura e Comunicação. De 1982 a 1983, foi comissionada perante o Governo do Brasil para exercer o cargo de diretora geral da Biblioteca Nacional. Em 1984, retornou à Unesco, em Paris, como diretora geral adjunta em comunicação. Durante 1987 e 1988, foi representante da Unesco perante o México e a República Dominicana. Desde 1987, desempenhava o cargo de diretora da Divisão de Estudos Culturais. Celia Zaher é autora de diversas publicações e tem participado de numerosas conferências e missões da Unesco em todo o mundo. Também tem sido honrada com várias distinções e medalhas.

Desde julho de 1991, ocupa o cargo de diretora do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), em São Paulo, Brasil.

Rosali – Em primeiro lugar, gostaríamos de dizer-lhe, doutora Celia, do nosso contentamento em entrevistá-la nesta ocasião em que o Curso de Mestrado em Ciência da Informação, convênio CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, completa 25 anos de existência – seu jubileu de prata.

Nosso intuito é homenageá-la, pois foi em sua gestão como presidente do então IBBD, hoje IBICT, que o curso foi criado. Portanto, consideramos uma oportunidade ímpar obter seu depoimento sobre a concepção e implantação do curso na década de 70, o seu desenvolvimento ao longo do tempo e a sua visão da ciência da informação na entrada do ano 2000.

Antes de iniciar as perguntas sobre o curso propriamente dito, gostaríamos que a senhora nos contasse um pouco da sua trajetória como profissional de informação no Brasil e no exterior.

Celia Zaher – Essa minha trajetória começou justamente aqui onde você está me entrevistando, que é a UFRJ, então a Universidade do Brasil. Meu primeiro cargo foi funcionária da Biblioteca Central dessa Universidade. E foi aqui, trabalhando com Lydia Sambaquy, que me interessei por essa carreira. Era extremamente jovem e comecei a fazer o curso de biblioteconomia.

Logo depois, por ter conhecimento de línguas, consegui uma bolsa da Unesco e fui para o exterior, antes mesmo de ter completado o curso no Brasil. Fui para a Columbia University e fiz o Curso de Documentação Científica, assunto extremamente novo naquela época nos Estados Unidos, na década de 50. Voltando com o curso em nível de mestrado, revalidei meu curso de biblioteconomia no Brasil.

Evidentemente, seria enfadonho falar de todos os cargos que ocupei dentro da minha trajetória de jovem, tentando me consolidar profissionalmente, depois de fazer o curso no exterior sobre assuntos que não eram conhecidos no Brasil e que, por isso mesmo, não eram aceitos com muita facilidade. Mas, posso dizer que, ao entrar para o IBBD em 1954, o mais importante foi eu ter sido aproveitada como professora. Era chefe da Seção de Pesquisas Bibliográficas e fazia levantamentos individuais, evidentemente de forma manual naquela época, e traduções de artigos, porque as pessoas não tinham conhecimento de línguas. Isso era muito inovador em torno de 1954 e 1955. Lecionei no Curso do CDC, onde fui a primeira professora da pesquisa bibliográfica e posteriormente de Documentação. Simultaneamente, fui professora dos cursos da UNI-RIO, naquela época Curso da Biblioteca Nacional, e criei, com Hagar Espanha Gomes, o Curso de Biblioteconomia da UFF. Durante anos, Hagar e eu lecionamos de graça para poder criar aquele curso, razão pela qual fomos homenageadas pela própria universidade, onde, posteriormente, fui professora titular da cadeira de documentação. No Brasil, essa trajetória me levou à diretora do Serviço de Bibliografia, e presidente do IBBD.

Nessa época, assumi diversos cargos internacionais como presidente da FID/CLA e membro do comitê da Unesco, razão por que depois fui convidada a trabalhar na Unesco, com concurso de seleção. Entrei na Unesco como diretora da Divisão de Planejamento de Bibliotecas e Arquivos. Fiquei na Unesco de 1972 até 1991, quando vim para o Brasil como diretora da Bireme, que é um órgão da Organização Mundial de Saúde, Organização Panamericana da Saúde, onde estou até hoje. Uma coisa importante nesse período é que a Unesco me emprestou ao governo brasileiro durante dois anos para eu reformar a Biblioteca Nacional, o sistema de bibliotecas e o sistema do livro no Brasil. Esse período foi de 1982 a 1984, quando, como diretora, reformei a Biblioteca Nacional e criei um sistema de bibliotecas dentro do então Ministério da Educação. Com a fusão do Ministério da Educação com o Ministério da Cultura, esse sistema ficou prejudicado, hoje em dia tem outra estrutura. Automatizei a Biblioteca Nacional e tive a oportunidade de criar diversos cursos de informação, inclusive o Programa de Restauração de Obras Raras, que existe até hoje, e o Curso de Restauração.

Rosali – Gostaríamos que a senhora nos falasse sobre a política dos programas de Informação da Unesco na década de 50, nos quais está inserida a criação do próprio IBBD e, até mesmo, da Pós-Graduação em Ciência da informação.

Celia Zaher – Na década de 50, a Unesco se preocupou muito em fazer um programa voltado para a criação de políticas nacionais que pudessem ser em ciência, de maneira geral, e que pudessem ser coordenadas por conselhos nacionais de pesquisas, que foram criados em quase a totalidade dos países. Estava inserido nesse conceito de conselho nacional de pesquisa a necessidade de se criar um órgão que pudesse promover a informação científica no país, enquanto tradicionalmente a Unesco tinha um departamento voltado para a criação de bibliotecas e arquivos, um departamento com uma imagem extremamente positiva, inclusive internacionalmente, que foi responsável pelo desenvolvimento dessa área no mundo inteiro. Como esse departamento não se ocupava da parte de informação científica especialmente, foi criado na ocasião o programa Unisist, justamente porque havia essa dicotomia dentro da própria Unesco. Dentro dessa política, foi criado o IBBD, como órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, responsável por desenvolver informação científica. Daí o seu nome, porque quem o criou era um grupo tradicional e chamou de bibliografia e documentação, porque a expressão ciência da informação só apareceu bem posteriormente, na década de 70.

Essa foi a criação do próprio IBBD, IBICT atualmente. Por isso, ele sempre pertenceu ao Conselho Nacional de Pesquisas, não está vinculado a nenhum ministério, mas sim a um órgão de desenvolvimento de pesquisas. Com isso, o IBBD notou que os profissionais da área tinham uma formação de biblioteconomia convencional e que essa formação fazia com que não houvesse profissionais na área com conhecimento necessário para desenvolver os seus programas; como levantamentos bibliográficos, considerada uma técnica extremamente moderna (evidentemente automação ainda não era dessa época). Havia outros conceitos mais modernos de gestão. Por exemplo, o livro não era tão importante como a informação nele contida, conceito totalmente novo na biblioteca e órgãos como Biblioteca Nacional. E a sua função principal é preservar a memória nacional, o livro na sua integridade, sem preocupação de conteúdo.

E então se precisava conhecer técnicas como indexação, como os novos modelos de classificação, não geral, mas aquela que possibilitava um detalhamento maior do seu conteúdo e que eram orientações novas dadas pela Federação Nacional de Documentação, órgão que tinha sido criado justamente para incentivar essa tendência e, em contrapartida, a Ifla, órgão tradicional de bibliotecas, e o ICA, que era o órgão tradicional de arquivos. A Unesco refletia essas tendências, tinha criado a própria FID como uma coisa nova, existiam a Ifla e o ICA. A Unesco, dentro da sua estrutura, contemplava documentação, bibliotecas e arquivos, em contrapartida ao programa Unisist, que era puramente de informação científica e falava de sistemas, de conceitos, que não eram tradicionalmente absorvidos. A idéia de se criar o CDC era dar uma especialização aos bibliotecários já formados, para que eles pudessem, dessa forma, voltar e também acompanhar o desenvolvimento nos seus próprios estados. Era um curso basicamente voltado para formar pessoas fora do Estado onde estavam, que era o Rio de Janeiro, e também atualizar os próprios professores, para criar uma nova formação e uma nova mentalidade.

Rosali – Gostaríamos que a senhora nos falasse sobre as negociações do convênio do IBBD (atual IBICT) com a UFRJ sobre a pós-graduação na área de informação, incluindo o Curso de Especialização (CDC) e o Curso de Mestrado.

Celia Zaher – O Curso CDC não foi criado por mim, mas por Lydia Sambaquy. Sei que, sendo o IBBD um órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, as negociações foram feitas mediante convênios especializados, para fazer o que se chamava curso de extensão universitária. Esse curso foi muito atual na época e mostrou apenas suas deficiências posteriormente, quando o próprio pessoal que fazia o curso de especialização voltou para os seus estados e absorveu essas técnicas nos seus cursos de formação. Os currículos foram adaptados e, então, o CDC passou a ser um curso que só era novo para quem tinha se formado há muitos anos. Os novos egressos dos cursos nos estados e do próprio Rio de Janeiro estavam começando a sentir que havia uma repetição daquilo que já haviam aprendido nos seus cursos de graduação. Evidentemente, esse foi um processo que percebi, por ser professora do Curso CDC, porque minha carga comum coincidiu, nessa época de formação no Curso de Mestrado, com meu papel de diretora do próprio IBBD. Quis então, sendo diretora, renovar pelas seguintes razões: primeiro, porque eu, como professora da UFF e da UNI-RIO, constatei que os alunos que vinham para o curso de especialização eram os mesmos que tinham sido meus alunos de graduação nessas duas universidades. Sentia-me mal de estar lecionando algo que já havia lecionado, embora dentro dos cursos de biblioteconomia de graduação não existisse o material extremamente rico da biblioteca do IBBD, que justamente tinha todos os levantamentos bibliográficos. Primeiro, porque tínhamos um departamento de bibliografia em que precisávamos ter todas as revistas para serem analisadas, indexadas para produzir as bibliografias do então IBBD. Segundo, porque nós tínhamos um departamento de pesquisas bibliográficas. Então, tínhamos que ter os índices de todas as áreas para fazer esses levantamentos – lembre-se, naquela época, eram manuais.

Então, a necessidade de fazer isso manualmente, por não haver base de dados em computador, como se tem hoje em dia, fazia com que nós tivéssemos de realizar esses levantamentos. A biblioteca do IBBD era extremamente rica, então todos os cursos do CDC tinham um adicional que era a parte prática de pesquisas bibliográficas. Esses levantamentos eram obrigatórios e, mesmo que eu desse isso na UFF, não tinha a parte prática, porque não existia biblioteca para os alunos se filiarem. Era sempre uma melhoria, mas eu sentia que nós tínhamos um tipo de público e que era necessário estudar suas necessidades.

Surgiu daí a idéia do curso de mestrado. O CDC não era reconhecido pela universidade, mas não dava diploma, o que criava problema. O CDC tinha efeito moral muito grande: as pessoas sabiam que quem tinha feito o Curso de CDC do IBBD era um profissional preparado. O curso abria mercados, mas não valia para pontos em termos profissionais de ascensão em carreira, e nós começamos a sentir essa necessidade. Quando eu quis fazer as negociações de criação do Curso de Mestrado – foram extremamente difíceis, extremamente complicadas –, o Curso CDC impedia a criação do Curso de Mestrado, porque ele já tinha estado menos florescente e a sua imagem na universidade não era boa, o que impedia que pudéssemos planejar um curso novo. A outra coisa é que não existiam dentro do IBBD pessoas com o Curso de Doutorado para serem orientadoras do curso de mestrado, eu era a única pessoa que tinha um curso de doutor na área, não de biblioteconomia, porque eu sou advogada e fiz o Curso de Doutorado em Direito do Trabalho. Então eu tinha um curso de doutor, o que foi aceito pela Universidade, se eu fosse coordenadora e orientadora do curso. A outra coisa é que, com essa impossibilidade, havia duas ou três pessoas de outros estados que estavam no exterior fazendo curso de doutorado.

Nessa época, existia uma ou duas pessoas no Brasil já com curso de doutorado na área de biblioteconomia, mas não moravam no Rio de Janeiro. Foi então que imaginei um curso. Primeiro porque não existia ninguém no Brasil com formação para as cadeiras que eu queria oferecer no Curso de Mestrado. Mas essas negociações foram difíceis, foram lentas, acho que levei bem um ano negociando isso, e foi realmente graças à influência de cientistas do Conselho Nacional de Pesquisas, que sediavam o Comitê, que conseguimos solucionar todos esses problemas. O que me valeu muito na época foi a argumentação que eu utilizei: nenhum professor poderia ser considerado como tal, se ele não tivesse pelo menos um curso de mestrado. Isso saiu em decreto. Ora, isso obliteraria a biblioteconomia no Brasil, porque ninguém tinha o curso de mestrado. Antes, esse argumento foi o que forçou a decisão da universidade, uma vez que não se pode impedir a melhoria do nível de profissionais, já que, por lei, esses profissionais não poderão exercer cargos de professores, no Brasil inteiro, dentro de cinco anos. Havia este prazo para tal exigência.

Na ocasião, a discussão era se esse curso deveria estar dentro da universidade ou fora da universidade, pois o IBBD não tinha quadro de professores. A argumentação que usei foi que o corpo docente seria de professores do exterior, uma vez que para as cadeiras revistas para o curso de mestrado não poderiam ser dadas por professores nacionais, pois não existia competência. Outro conceito é que tradicionalmente os cursos de formação estavam encaixados dentro das faculdades humanísticas, que era um empecilho a um conceito do próprio IBBD, que pertencia ao Conselho Nacional de Pesquisas. E não seria interessante que desse uma visão humanística à biblioteconomia, que nós queríamos que fosse afirmada como elemento essencial para o desenvolvimento científico e tecnológico, e não apenas como uma guarda de livros ou o conceito de ciências sociais ou de comunicação social, que era a tendência da criação dos cursos que permanece em muitas escolas de biblioteconomia até hoje, que prejudica um entrosamento maior com a comunidade científica.

Rosali – Em sua gestão como diretora do IBBD, hoje IBICT, no ano de 1970, que o curso foi criado. Gostaríamos que a senhora nos contasse um pouco das discussões, na época, sobre a concepção e estabelecimento de um curso de mestrado em ciência da informação no então IBBD, na década de 70, no Brasil. Qual era o ambiente para a criação do curso?

Celia Zaher – Eu não diria que o ambiente fosse hostil. Ele não era favorável não só porque a universidade não havia aberto os braços para acolher essa idéia para as dificuldades que eu estava tendo de criação do curso, mas também porque não podia apresentar um quadro de professores dentro do próprio quadro de funcionários, que era também um *handicap* muito grande. E, quando levantei essa hipótese, dentro do próprio IBBD, os meus colegas foram muito contrários. Primeiro, porque ele devia ter a orientação principalmente de criar um impacto na formação em todo o Brasil. Havia a necessidade de se criar uma nova elite, que teria de ser de professores.

Inicialmente era obrigatória a freqüência no Curso de Mestrado a todos os servidores do departamento do próprio IBBD. Com isso, eu estava tirando os diretores da função de diretor para uma função de aprendiz. Isso foi muito duro para o próprio IBBD, porque eu estava criando um problema administrativo. Mas o IBBD não poderia começar a formar gente de fora, sem ele mesmo saber do que estava falando. Segundo, porque fiz basicamente o curso todo em inglês. Não quis fazer em duas línguas, porque seria mais difícil, e recrutei todos os professores nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nesse momento, eu tinha conseguido convencer o English Course, o Consulado Americano e a Ford Foundation da importância desse Curso que o IBBD não tinha condições financeiras para bancar. Os cursos eram totalmente gratuitos, e não existia nenhuma taxa de inscrição. Todos os gastos deviam ser orçados pelo IBBD, que não tinha nenhum dinheiro, nenhum orçamento previsto. Eu tinha acabado de assumir que iria fazer esse trabalho. O ano de preparação foi um ano para convencer órgãos de fora a financiar a vinda desses professores. Não existia literatura das cadeiras, e eu propunha, então, como parte do acordo, que o professor trouxesse toda a literatura, de tudo o que ele fosse ensinar naquele período. Isso fazia parte obrigatória da bagagem do professor. Ele teria que trazer cópia de todos artigos que citasse, cópia de toda bibliografia selecionada dos seus próprios cursos. Eu pretendia, assim, criar uma pequena biblioteca que fosse de referência. O outro problema é que as aulas seriam em inglês e nem todos os funcionários sabiam inglês. Para estes começamos um trabalho intensivo de ensino da língua inglesa. Evidentemente, isso foi considerado, em muitos pontos no Brasil, como esnobismo da parte do próprio IBBD, uma influência americana na minha formação, porque eu tinha estudado na Columbia University – um pedantismo. Uma pessoa muito conceituada naquela época disse a seguinte frase: "A Celia está fora da realidade brasileira!". A realidade brasileira seria usar a própria prata da casa para dar o curso sobre a matéria em que ninguém dominaria academicamente no país. Então, o ambiente era propício por parte dos professores, porque todos os professores do curso de graduação de todas as universidades brasileiras sabiam que o primeiro curso era o mais importante, porque eles seriam os primeiros a ter esse grau. Levamos algum tempo para que o diploma fosse reconhecido, também esse foi um processo lento, mas todos os orientadores tinham que ser do exterior.

Rosali – Gostaríamos que a senhora nos falasse um pouco sobre a estrutura curricular então proposta, que, poderíamos dizer, refletia a visão da ciência da informação na época, no contexto da formação de pessoal. Que influências sofreu? Que equipe discutiu essa estrutura?

Celia Zaher – Em realidade, como não havia total segurança de que nós poderíamos ter esse curso aceito pela universidade, devo confessar que isso não foi discutido amplamente, não foi um processo democrático. Evidentemente, as idéias foram colocadas para os diretores daquela época, pois eu exigia que eles fossem automaticamente registrados no curso ou abandonassem a chefia.

Então, a minha orientação foi a que o curso nos levasse a poder conhecer técnicas novas e poder melhorar o serviço (do próprio IBBD) de assuntos que nós não conhecíamos.

Por que catalogação avançada? Por que nós tínhamos o catálogo coletivo de livros – uma idéia extraordinária na época da sua criação –, mas totalmente ultrapassado e impossível de ser manuseado. Queríamos um processo de adaptação do formato MARC da época. Falamos, então, na catalogação avançada com conceito de que pudéssemos partir para um projeto de automação da catalogação. O resultado real dessa idéia e dessa cadeira foi a dissertação de mestrado de Alice Príncipe Barbosa sobre Calco. Então, eu trouxe a professora La Vahn Overmeyer, que mais entendia de automação de catalogação. Eu escolhi os professores ou as cadeiras pela literatura internacional, não me baseei em cursos como os da Case Western Reserve University e outros, porque eram cursos acadêmicos com um período muito longo e aqui se falava em um curso breve, de um ano de mestrado, e não poderia ter todas as cadeiras.

Por que sistema de classificação? Por que o novo conceito de documentação, de que a informação era mais importante do que o livro na sua totalidade fazia com que precisássemos ter conhecimento de outros tipos de classificação. O Brasil era voltado totalmente para a classificação decimal de Dewey. E a FID tentava entrar com a CDU no Brasil. Com muita dificuldade, eu, como vice-presidente da FID, achava que a CDU era um sistema que o IBBD usava, mas que não era a resposta. Achei que devíamos ter uma visão conceitual, teórica de todos os sistemas de classificação, e a idéia de falar de sistema de classificação, escolher um professor de alto nível que ensinasse conceito de sistemas para ter uma visão de estrutura de classificação, mais do que aplicação. Só se falava em aplicação, não se falava em conceitos estruturais de formação e de conceitos de classificação.

Por que técnicas de indexação e resumos? Eu havia feito o curso de indexação e resumos, da Columbia University, e que não era da área de biblioteconomia. Achei que tinha conceitos muito importantes que não eram levados em consideração e que era uma importante função do bibliotecário influenciar os editores, os livreiros em como fazer resumos que pudessem depois ser aproveitados no processo de indexação de conteúdo dessas próprias revistas. Se o resumo é mal feito, o processo de indexação é falho. Os conceitos das técnicas de indexação e resumos é que eram novos. Tive um professor extraordinário, que é Tauber, na Columbia University. Processamento de dados em documentação, porque os nossos conhecem-tos eram totalmente incipientes na época e era uma coisa que eu já havia introduzido dentro do próprio IBBD, com as máquinas que existiam.

Tinha feito o 1º Seminário de Informática em 1968. Estávamos precisando de muito mais teoria nos vários processamentos de dados na documentação, que é um título já totalmente ultrapassado hoje em dia. Falava-se de processamento de dados, por haver ainda uma disputa muito grande sobre a palavra informática e nós termos usado ciência da informação, em um artigo que eu explico o próprio título do curso. Então, o que englobava o próprio título do curso de ciência da informação? Toda parte do tratamento do dado em termos automáticos, toda parte de coleta de informação, toda parte de organização do pensamento científico e tecnológico, do pensamento de maneira geral para a recuperação, que era um termo novo na época. Organização do serviço de informação, porque nós precisávamos ter um conceito mais amplo de como se inseriam, dentro da organização do centro de documentação, os novos conceitos de automação, como o profissional da informação deveria agir, como ele deveria se colocar e como eram as interligações e a gestão disso.

Todos os cursos de biblioteconomia davam apenas o conceito clássico de gestão e administração da biblioteca. E nós estávamos falando de um conceito novo de gestão, tanto que dizemos serviço de informação, e não tradicional. A cadeira tradicional do curso de formação era administração de bibliotecas. Na verdade, foi feito um curso restrito, compactado, para sanar problemas que eu sentia como professora em três universidades, como professora

do Curso de Pós-Graduação do próprio IBBD, o CDC: a necessidade de dar uma nova perspectiva, incluir também noções de metodologia da pesquisa, programação, que era também importante

saber como entrar, como gerir essas informações, teoria dos conjuntos, que era a parte em que ainda se pensava que o novo bibliotecário precisava ter curso de programação – uma idéia totalmente ultrapassada hoje em dia. O bibliotecário, para trabalhar com automação, tinha que fazer curso de programação, e eu própria exigi que algumas das minhas colegas fizessem curso de programação naquela época, porque era para podermos entender o que estavam falando os programadores e, então, gerenciar melhor nossa informação. A idéia era que o bibliotecário pudesse influenciar um processo de automação da biblioteca, e não ficar exclusivamente como um simples observador. Lingüística também era importante, porque estava muito ligada ao sistema de classificação e aos sistemas de indexação. Então, era um programa que repetia nada mais do que uma literatura internacional atual, os meus próprios fantasmas e os meus próprios problemas em dirigir um órgão que estava em transição. Eu sentia que o IBBB tinha passado de uma função de liderança para uma função secundária. E foi o IBBB o primeiro que fez um curso desse nível na América Latina. Inclusive, teve muitos professores, não só no CDC, como, depois, no Curso de Mestrado, e muitos alunos estrangeiros. O IBBB também foi o primeiro órgão que, por causa desse curso, dessa influência, lançou um formato que é o Calco, um formato automatizado de catalogação, e também foi o primeiro que fez os sistemas de informação automatizada na América Latina. Daí, o fato de esse curso não poder ser visto apenas no conceito de formação de recursos humanos, mas de uma nova percepção do IBBB do seu papel, de uma nova liderança na América Latina. Com a realização de um congresso internacional e a presença permanente do IBBB em todos os órgãos internacionais. Foi uma nova etapa da abertura da automação. Não diria de profissionalismo, mas menos amadora do que estava inicialmente. Em processamento de dados na documentação, a minha grande preocupação era a dificuldade do diálogo com programadores. Pela necessidade de eles se imporem, não havia tradição de programadores que entendessem os problemas de processamento de dados bibliográficos. Eles queriam tratar isso como processamento de dados numéricos, o que fazia com que os programas desenvolvidos fossem complicados e não dessem resultados. O primeiro produto de automação do IBBB foi o *Catálogo Coletivo*. Para a produção do *Catálogo Coletivo*, eu apenas me baseei em leituras de uma experiência feita na Índia, porque eu tinha acabado de visitar aquele país e achei que seria interessante, mediante essa literatura, nós fazermos experiência similar, que foi como nós começamos a fazer com Kwic. Fizemos testes simultaneamente em São Paulo, onde se fazia com Kwoc, mas o IBBB foi o primeiro órgão que começou a fazer automação dos seus serviços tradicionais.

Rosali – O início da pós-graduação na área de informação no IBBB se dá em 1955, quando da criação de cursos especiais de pesquisas bibliográficas, depois o Curso de Documentação Científica (CDC) – embrião, poderíamos dizer, do Curso de Mestrado. Durante as décadas de 50 e 60, o IBBB prestou serviços e elaborou importantes produtos para a comunidade científica. Possuía uma biblioteca de acervo invejável e única no Brasil e, até mesmo, na América Latina. Que política norteou o desenvolvimento do acervo da biblioteca do IBBB em função das atividades de ensino e pesquisa do Instituto, particularmente em função do Curso de Mestrado em Ciência da Informação?

Celia Zaher – Como eu disse anteriormente, a biblioteca do IBBB, por causa do CDC, tinha um acervo muito bom da área de biblioteconomia. Isso era mais necessário ainda porque não existiam bibliotecas nos cursos de graduação do país. Essa é uma orientação de extrema importância. Como professora que fui desde o início do CDC, exigia que se tivesse uma literatura atualizada e obrigava a leitura. Como professora de pesquisa bibliográfica, eu exigia que se dedicasse um certo número de horas de biblioteca para levantamentos bibliográficos. Isso foi uma coisa com que sempre norteie todas as cadeiras. Para isso, preparei guias de orientação, porque não existia também uma literatura. Nós quase não tínhamos livros publicados, naquela época, que você pudesse dar para os alunos lerem.

Então, eu fiz guias apoiados na própria biblioteca-consulta. Esse acervo era essencial para dar a qualidade que o Curso CDC teve. Para o Curso de Mestrado em Ciência da Informação, aí existia o

segundo problema, justamente a falta de material, porque estava disperso, e que nós não tínhamos, ou que não tínhamos os recursos para comprar. Então, inicialmente ele foi todo criado a partir da contribuição dos professores. Isso era financiado pelos órgãos que aplicaram na vinda dos professores – esse foi o embrião da biblioteca. Depois, toda a bibliografia dada, nós fomos aos poucos acumulando. Lembre-se que eu criei o Curso em 1970 e deixei o país em 1972. Então, eu não acompanhei. Mas esses princípios continuaram a nortear a constituição do acervo básico do curso. Quando o Curso de Mestrado foi criado, a idéia era que o primeiro ano fosse dado por professores estrangeiros e que, a partir do segundo ano, os funcionários do IBBD que tivessem feito o curso funcionassem como monitores dos professores estrangeiros, criando, assim, um elo de amizade e de trabalho entre o professor estrangeiro e o funcionário especializado naquela cadeira no IBBD. A idéia era aproveitar os professores do CDC para que eles passassem a ser professores do mestrado. Isso foi seguido. Recrutei apenas para primeiro e segundo anos, mas sei que isso foi seguido nos anos consecutivos. Alguns professores são remanescentes dessa época, outros não são, pois fizeram curso no exterior. Consegui convencer os órgãos financiadores, tanto o British Council, como o Consulado Americano, de que esse processo seria necessário pelo menos por três anos. E isso foi honrado de parte a parte, e a cada ano os professores traziam uma nova remessa de publicações.

Rosali – Como foi pensada a política de formação do corpo docente para o mestrado nos primeiros anos? Nos primeiros anos, como a senhora já mencionou, houve o acordo do Conselho Britânico e do Consulado Americano, para virem os professores estrangeiros. Como a senhora avaliaria hoje esse apoio? Como foi pensada a política de formação de pessoal local?

Celia Zaher – Justamente o que ocorreu foi essa ligação que se tornou vínculo de amizade entre professores, como Tefko Saracevic, com o qual havia preocupação que conseguíssemos bolsas de estudo para que os professores pudessem fazer doutorado. Criou-se então uma série de professores do Brasil que foram se doutorando pela Case Westenn Reserve University, com a influência de um dos professores mais brilhantes que nós tivemos naquela época e que é brilhante até hoje, o professor Tefko Saracevic. A idéia era que os próprios funcionários do IBBD tivessem a capacidade para lecionar, e os professores do CDC, que foram todos obrigados a fazer o Curso de Mestrado, ou professores que vieram de outros estados pudessem assumir essas cadeiras. Mas era muito cedo para poder avaliar como seriam formados esses quadros nacionais, em que os monitores fossem futuros professores. E, evidentemente, estávamos imaginando que todos os funcionários do IBBD que fizessem o curso fossem bem-sucedidos. Alguns foram mais brilhantes do que os outros. Os demais ficaram como monitores e transformaram-se em professores. Mas os quadros, hoje em dia, são totalmente ecléticos, em todas as partes, influenciados por outras cadeiras. A idéia de trazer professores da Inglaterra e dos Estados Unidos foi baseada no fato de existirem formações totalmente opostas. Na Inglaterra, a teoria de classificação possui um conceito de que, por ser uma fundação de reflexão muito intelectual, era o forte. Automação era o forte nos Estados Unidos. Eu não teria jamais pensado em trazer o professor de automação da Inglaterra e o professor de conceito nos Estados Unidos. Então, confesso que não foi cartesiana a formação desse curso, mas havia uma lógica na vivência. Como eu avalio hoje esse apoio? Eu acho que foi fundamental. Se nós tivéssemos feito um curso baseado em professores nacionais, teria sido mais um curso, sem impacto. O IBBD tem uma trajetória de ter influenciado, em épocas diferentes, o movimento de biblioteconomia na América Latina. Ele não teria influenciado, porque teriam sido pessoas que teriam se esforçado sem nenhuma experiência. Ter trazido com o impacto foi um esforço muito grande. Os alunos da época deviam também ser homenageados, pois fizeram um esforço muito grande, principalmente os funcionários que saíram dos seus cargos. E realmente o IBBD ficou acéfalo, naquela época, de todas as suas direções, mas eu queria provar para mim que precisava haver uma interação muito grande entre a instituição e o laboratório, pois não acredito

em um professor que só leciona, e não tem experiência profissional, ou em um profissional que

só trabalha, e nunca estuda. Então, era uma simbiose entre o laboratório. Por isso, eu achava que a biblioteca era o nosso laboratório e, ao mesmo tempo, a vivência. Eles sabiam que iam aplicar o que eles estavam estudando no que estavam fazendo. Eu acho que, por isso, é que o pessoal do IBBD ficou. Depois disso, todos os alunos foram professores. Temos nomes conhecidos como Alice Babosa, como Elvia, Ione Andrei Chastiné, que não foi professora, mas que é a grande profissional e que foi uma das primeiras que fez o Curso de Mestrado na segunda leva, Gilda Braga e outras. No momento, não me ocorre esse dado.

Rosali – No período de 1970 a 1983, o curso funcionou na sede do IBICT no Rio de Janeiro. Em 1983, com a transferência do IBICT para Brasília, o curso passou a funcionar na UFRJ. Como a senhora vê a integração do curso na universidade?

Celia Zaher – Eu devo confessar que me opus muito na época da transferência. Foi uma decisão política, lembro que eu estava no Brasil como diretora da Biblioteca Nacional. Houve um movimento profissional muito grande, porque era tirar de dentro do IBBD. Ou você deixava a biblioteca, que era o laboratório dos cursos no IBICT, ou você deixava a biblioteca, que era o laboratório dos cursos, nos cursos. De qualquer maneira, um dos dois iria perder. Segundo, porque essa separação, dos quadros do IBICT, dos professores, que são aqueles que têm um desenvolvimento intelectual mais elevado, iria enfraquecer o processo de reflexão e o processo de reciclagem dos próprios profissionais do IBICT. Eu achava que o IBICT iria perder mais do que o próprio curso, o que eu acho que ocorreu. O curso poderia sobreviver, mas o IBICT iria se enfraquecer. Eu fui contra a idéia, entendia os motivos políticos, não achei que cabia a mim interferir. Embora tivessem apelado para que eu interferisse, eu não quis interferir, porque eu estava em outras funções, era diretora da Biblioteca Nacional, funcionária internacional cedida por um prazo curto ao Brasil, e não me cabia avaliar as decisões políticas da época. Estou muito contente de ver que o curso só progrediu, melhorou, teve a sua autonomia, e não foi prejudicado por isso. Mas sofreu, eu me lembro que sofreu bastante na época, foi assim um processo bem doloroso. O que eu tinha receio era que a universidade não desse ao curso a importância que deveria dar – era um curso que veio, que entrou já com o seu quadro feito – e que ela não tivesse o apoio necessário para crescer. Mas, evidentemente, que também poderia ser o contrário: poderia resultar que o curso, dentro de um campus universitário, tivesse aquele apoio para florescer e que tivesse alunos em maior número que se sentissem em um campus universitário mais integrados e que o curso pudesse influenciar as tendências da própria universidade, que sempre negligenciou as suas bibliotecas. Devo confessar que não fiz uma avaliação hoje para saber se esse curso influenciou os rumos das bibliotecas dentro da universidade. Não saberia dizer que essa seria talvez a perspectiva em que deveria ser olhado. Nesse caso, acho que era falso que a universidade sempre quis, desde a sua criação. Mas não me pareceu na época que a universidade tivesse de braços abertos, aceitando esse curso. Mas eu fui realmente muito crítica sobre essa decisão, talvez por motivos emocionais, talvez por achar que o curso ficaria isolado.

Rosali – Originalmente, a clientela do curso constituía-se, praticamente, de 100% dos alunos com formação básica em biblioteconomia. Ao longo do tempo, esse percentual foi diminuindo, chegando a 50% na década de 80. Os anos 90 iniciam com um percentual de apenas 10% de alunos oriundos da área de biblioteconomia e os demais com formação em arquivologia, museologia, economia, administração, comunicação, física, química, história sociologia e processamento de dados, para citar algumas. Gostaríamos que a senhora comentasse sobre esse fato.

Celia Zaher – No início do Curso de Mestrado, justamente na sua introdução, como era do mesmo conceito filosófico do CDC, objetivava-se trazer outras especializações para a área da informação. Com a necessidade que tínhamos de indexação, seria melhor para aqueles que conhecessem o assunto adquirir a técnica. E temos hoje em dia muitos profissionais que

trabalham na nossa área que são dessa formação de CDC. Então, é uma tendência que me parece muito salutar. Resta saber se, desses 50% ou esses 10%, o número de alunos cresceu, porque, se o número de alunos de biblioteconomia diminuísse, eu diria que ficaria preocupada; se o número de alunos de biblioteconomia não diminuiu, mas ele é 10% apenas, continua estável e é 10% apenas do total de alunos, eu não me preocuparia. Outra coisa: aí nós temos diversos elementos. Primeiro, existem outros cursos de mestrado no país, o curso atual não é o único, ele continua e tem um ótimo conceito, mas ele não é o único. Então ele deve ser mais fácil para aqueles que estão no Grande Rio. Paulistas não virão fazer o curso no Rio de Janeiro, residentes em Brasília não virão fazer o curso no Rio de Janeiro, porque são cursos de universidades já com uma formação bem clara. A tendência é que se existem outros cursos de mestrado, que a pessoa fique na sua própria área distrital ou geográfica dos cursos que implica. O fato foi salutar. A minha única preocupação seria: arquivologia, museologia, comunicação, processamento de dados são primeiras opções; física, química, economia, eu diria que são, talvez, segundas opções. O vestibular permite que se preencham vagas de uma cadeira em outra. E a minha preocupação seria – sei que essas pessoas não quiseram fazer mestrado em outras áreas – se viraram para a área de biblioteconomia por uma opção profissional. Mas eu acho isso, é a tendência em todo o mundo e é extremamente salutar. Eu explicaria a diminuição por outros cursos no país e explicaria o aumento pelo interesse da informação e também por estar dentro dos quadros universitários. E isso, na área atual que eu trabalho, seria extremamente interessante. Se você me dissesse que tem gente da área de medicina fazendo o curso de biblioteconomia, nós sentimos essa falta e agora estou tentando criar um curso de especialização dentro da universidade, justamente para poder sanar esse problema. Nós não temos profissionais preparados para trabalhar na área de indexação, para a classificação de termos na área de medicina, que é altamente especializada.

Rosali – A senhora passou um longo tempo no exterior. Qual o seu sentimento sobre o desempenho de nossos profissionais da informação antes e após o seu regresso? Que mudanças a senhora percebeu em termos de desenvolvimento dessa comunidade, como, por exemplo, a qualificação do pessoal e a qualidade dos serviços de informação oferecidos no país?

Celia Zaher – Fiquei um período muito longo fora do Brasil. Então, alguma coisa tinha que acontecer em 20 anos. Sempre acompanhei de perto o que estava ocorrendo no desenvolvimento do país pela participação em congressos nacionais a que eu era convidada. A grande preocupação é a descontinuidade dos serviços que pareceram florescentes em alguns períodos e decadentes em outros e, também, o marco de liderança que o Brasil tinha na área de biblioteconomia, na América Latina, como tendo os melhores profissionais, os mais atuais nas inovações. Há algum tempo, não se sentia isso com muita nitidez. Por outro lado, as mudanças profissionais que ocorreram no Brasil aconteceram paralelamente em algumas áreas no exterior também. A decadência dos centros de documentação nos conselhos nacionais de pesquisa, o que não ocorreu no Brasil, porque o IBICT continuou com a sua trajetória. A formação de profissionais que no Brasil floresceu não foi tão evidente nos outros países. Continuam alguns nomes, mas a trajetória das escolas de biblioteconomia não foi tão evidente como foi no Brasil, em que houve uma explosão de escolas de biblioteconomia, uma explosão de cursos de mestrado e agora uma explosão dos cursos de doutorado.

A qualificação do pessoal ainda me parece extremamente precária em termos de graduação. Acho que atualmente há necessidade de serem sacudidos novamente. Nós vivemos a criação do CDC, que mudou a formação.

Nós vivemos a criação do mestrado, que mudou essa formação. Não sei se hoje em dia, como o curso não está mais dentro do IBICT, que é um órgão que tem responsabilidade de gerenciar uma política de informação científica do país, há esse entrosamento. O curso de mestrado deve ter uma influência nos destinos de informação do país e nessa renovação. Eu acho que está

faltando isso atualmente. Quando eu vim, em 1984, para a Biblioteca Nacional, senti que essa formação estava estagnada nas áreas como restauração, nem mais restauração, porque este conceito hoje em dia está sendo substituído pelo conceito de conservação. Não existia uma trajetória clara, e isso seria uma função dos cursos de biblioteconomia, nos quais o conceito de conservação fosse disseminado mais amplamente. Vejo alguns cursos de biblioteconomia que continuam dando as mesmas coisas. Também as teses de mestrado não têm muita originalidade, nem os congressos. Então vejo que estamos precisando, atualmente, de uma nova etapa. Sinto isso muito na carne, com o pessoal que trabalha com especialização, área de medicina, que é a rede mais funcional do país. Acho que existe gente muito bem formada no Brasil, mas essa gente está mais na área acadêmica do que na área de realização de serviços. Mas não temos uma massa, talvez, hoje em dia, de dirigentes altamente especializados. Acho que devia ser isso: é a formação de novos dirigentes, a reformulação de novos dirigentes. Incontestavelmente, houve mais qualificação pessoal individual do que desenvolvimento de serviços. As nossas bibliotecas continuam muito precárias, embora existam bibliotecas que estão bem à frente. Mas, de uma maneira geral, estão muitos precárias. Acho que o recurso humano em si, a pessoa em si, evoluiu, mas a qualidade dos serviços de informação não evoluiu.

Rosali – Se a senhora tivesse que conceber hoje um curso de pós-graduação em ciência da informação, sob que enfoque moldaria a estrutura acadêmica e curricular do curso ante o papel do conhecimento e da informação às vésperas do 3º milênio?

Celia Zaher – A nova tendência, nem a tendência, mas a realidade de hoje, evidentemente são as supervias da informação. As supervias da informação transformaram toda a parte de acesso e recuperação da informação. Elas mostram que a tendência é a convergência. E o que é essa convergência? É que toda a indústria da informação, hoje em dia, através do processo de digitalização e da fusão de tecnologias, fez, nas últimas duas décadas, a fusão do vídeo com o som, com o computador, com o *slide*, com a transparência e passou a considerar certas tecnologias de suporte de informação obsoletas, e outras, pela sua fusão, transformaram-se em novas tecnologias. A multimídia, hoje, nada mais é do que a fusão do som, da imagem, do computador e do processo de impressão. As supervias de comunicação fazem com que o dado possa navegar de uma para outra tecnologia, com transferência de imagem de computador a computador ligado à linha telefônica, a impulsão de imagem do computador ao processo de impressão de novo. A tendência dessa interligação e dessa convergência é que toda a indústria da informação no futuro tenha processos cada vez mais interativos. Comandos de voz: esta é a tendência. Aí nós estamos desembocando na biblioteca virtual. A biblioteca virtual nada mais é do que um recipiente de todas as tecnologias que vão se transformando. Em vez de se ter um computador, um PC na mão, um multimídia, em vez de ter um livro em papel, nós vamos ter um CD; em vez de se ter uma base de dados em disquete, vamos ter em CD, ou ter simplesmente um *gopher*, um servidor de *gopher*, a Internet e WEB. Com isso, vai-se poder navegar e procurar informação em outro lugar. Então, eu vejo um novo curso essencialmente baseado nessas convergências, na convergência na indústria da informação, na biblioteca virtual, na especialização do agente e na especialização do usuário. A especialização do usuário e a atualização do usuário, nessas formas novas de tecnologia, estão obrigando o bibliotecário a se reciclar. O usuário hoje em dia está mais atual do que o agente que deveria servi-lo. Estamos caminhando novamente, ou talvez nunca tenhamos saído dessa fase, para cada vez mais um colégio invisível, só que eletrônico. Que faria então o *by pass* dos sistemas de informação? Essa foi sempre uma grande preocupação que eu tive, porque, se o colégio invisível é uma prática, e os grupos de discussão dos pares do mesmo tema é hoje em dia uma realidade na I

Internet, isso deixa de lado os países que não estão preparados. O Brasil intelectualmente está preparado, mas ainda não está fisicamente. As nossas linhas de comunicação são precárias, temos que preparar o país, agressivamente, porque já estamos com uma década de atraso. É

importante considerar os agentes e os usuários especializados, as supervias da informação e os meios eletrônicos na produção científica. Deve-se aparelhar os profissionais que vêm ao Curso de Mestrado com uma nova formação, para que se possa influenciar com maior impacto essa nova geração. Bem, o terceiro milênio é depois de amanhã, então, essa já é a realidade de hoje!.